

CARTÓRIO DO NOTÁRIO

Licenciado em Direito

António Paulo Ramos Xavier

em

MONTEMOR-O-NOVO

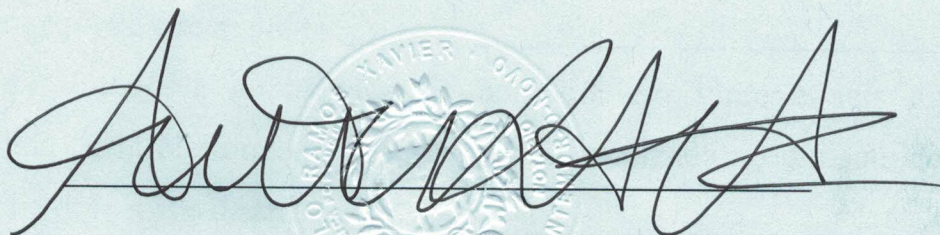
Rua do Matadouro, n.º 16 – *Edifício Rossio*
Telefs: 266 898 060 a 66 – Fax: 266 898 067/069
NIF 123303656

CERTIDÃO

----- Certifico que a presente certidão, extraída sob a forma de fotocópia, ocupa **dezassete** laudas, está conforme o seu original e foi extraída da escritura lavrada de folhas **dezassete** a folhas **dezoito** do Livro de Notas para Escrituras Diversas número **Cento e Noventa e Três - F**, deste Cartório e respectivo documento complementar. ---

--- Montemor-o-Novo, 20 de Janeiro de 2020

O Notário,



Conta Registada sob o n.º 127 ---

Factura/Recibo: FAC 2020001/133 ---

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

-----No dia vinte de Janeiro de dois mil e vinte, perante mim, Licenciado em Direito, António Paulo Ramos Xavier, Notário e no Cartório a meu cargo, sito na Rua do Matadouro, número dezasseis, Edifício Rossio, em Montemor-o-Novo, compareceram como outorgantes:

----- *Maria Fernanda Testos Batista Pereira*, casada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Bispo, deste concelho, *Floriano António Barroso Saiote*, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Vila, deste concelho e *Nina Ivanovna Pirata*, divorciada, natural da Rússia, todos com residência habitual nesta cidade, respectivamente, Rua Ernesto Pinto Ângelo, n.º 91, na Rua José Manuel Álvares, lote 12, n.º 4 e na Rua Fernão Martins Mascarenhas, lote 20, 1.º andar esquerdo que outorgam na qualidade de directores, mais concretamente, Presidente, Vice-Presidente e Tesoureira, com poderes para o acto e em representação da associação "**Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade**", instituição particular de solidariedade social, com sede no Olival das Casas Altas, lugar da Pintada, União das freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Pessoa Colectiva número 506017125, qualidade e poderes que verifiquei pelos seguintes documentos que me foram entregues e que arquivo: _____

----- a) Fotocópia autenticada da acta número vinte e seis da assembleia geral eleitoral da dita associação, realizada no dia sete de Janeiro de dois mil e dezassete; e _____

----- b) Fotocópia autenticada do auto de tomada de posse número sete, da dita associação, realizado no mesmo dia sete de Janeiro. _____

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature appears to be 'Ez' or similar. The stamp is faint and mostly illegible.

----- **Pelos outorgantes, na qualidade em que outorgam, foi dito:**

----- Que, pela presente escritura e de acordo com o deliberado na assembleia geral da sua representada realizada no dia dezasseis de Novembro de dois mil e dezanove, a que corresponde acta número quarenta e três, da qual também vai ficar arquivada fotocópia autenticada, foi deliberado, remodelar integralmente os estatutos da mesma, mantendo no entanto inalterados a sua denominação e sede. ____

----- Que, assim e dando cumprimento ao então deliberado, procedem à referida alteração dos estatutos da sempre falada associação "**Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade**", nos termos e condições constantes do documento complementar, elaborado de acordo com o número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que eles outorgantes declaram haver lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo pelo que é dispensada a sua leitura. ____

----- **Assim o disseram e outorgaram.** _____

----- **Foi-me exibido** o certificado de admissibilidade com o código 6283-8364-1622, válido até 14 de Abril de 2020, pelo qual verifiquei o actual objecto social.- _____

----- **Arquivo** sob os números quinze a dezoito, inclusive, os seguintes documentos: a) Fotocópias autenticadas das actas e do auto de posse, já referidos no texto desta escritura; e b) Documento complementar a que já se fez referência. _____

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

----- Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo em voz alta

aos outorgantes, na presença simultânea de todos.

x Maria Fereceda Teles B. E.
x Flávio Antônio Bezerra Siqueira
x Nina Graziela Siqueira

O NOTÁRIO
Antônio Xavier
Contas Regulares nº 126
Fatura nº 2020.002/133

153 F 17
18 45

[Handwritten signatures and marks]

DOCUMENTO COMPLEMENTAR
ELABORADO NOS TERMOS DO
NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESSENTA
E QUATRO DO CÓDIGO DO
NOTARIADO, QUE CONSTITUI PARTE
INTEGRANTE DA ESCRITURA
LAVRADA NO DIA VINTE DE JANEIRO
DE DOIS MIL E VINTE, COM INÍCIO A
FOLHAS DEZASSETTE DO LIVRO DE
NOTAS PARA ESCRITURAS DIVERSAS
NÚMERO CENTO E NOVENTA E TRÊS -
F, DO CARTÓRIO DO NOTÁRIO
ANTÓNIO PAULO RAMOS XAVIER, EM
MONTEMOR-O-NOVO. ----

193 F 17
18 46

[Handwritten signatures and initials]

ESTATUTOS

“COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE”

CAPÍTULO I

Natureza, Denominação, Sede e Objecto

Artigo 1.º

Denominação e natureza jurídica

A “COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE”, adiante designada por Associação, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de Associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da Lei aplicável e, em especial, pelos presentes Estatutos.

Artigo 2.º

Sede e âmbito de acção

A Associação tem a sua sede no Olival das Casa Altas, Lugar da Pintada, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, concelho de Montemor-o-Novo e o seu âmbito de acção abrange o distrito de Évora.

Artigo 3.º

Objectivos

1. A Associação tem como objectivos:

- a) Promover o desenvolvimento global e a inclusão da Pessoa com Deficiência, através de respostas adaptadas, na região do Alentejo;
- b) Promover respostas inovadoras;
- c) Fomentar a reflexão na comunidade sobre o tema da Deficiência, promovendo a eliminação de todas as formas de discriminação das Pessoas com Deficiência e a igualdade de tratamento das Pessoas com Deficiência.

Artigo 4.º

Actividades

1. Para realização dos seus objectivos, a Associação propõe-se criar e manter as seguintes respostas:

- a) Centro de Atendimento e Acompanhamento Social para as Pessoas com

193 F 12
18 47

[Handwritten signatures and initials]

- Deficiência (CAASPD); _____
- b) Centro de Actividades Ocupacionais (CAO); _____
- c) Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI); _____
- d) Outras. _____

2. A Associação propõe-se ainda, assegurar as seguintes actividades: _____
- a) Proporcionar condições para a convivência social, reabilitação, educação e formação de Jovens e Adultos com deficiência; _____
- b) Proporcionar formação de base e contínua aos seus Colaboradores; _____
- c) Apoiar as Famílias dos Clientes. _____

_____ **Artigo 5.º** _____

_____ **Organização e funcionamento** _____

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamento interno elaborado pela Direcção e aprovado em Assembleia Geral. _____

_____ **Artigo 6.º** _____

_____ **Prestação dos Serviços** _____

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos Clientes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder. _____
2. As tabelas de comparticipação dos Clientes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes. _____

_____ **CAPÍTULO II** _____

_____ **Dos Associados** _____

_____ **Artigo 7.º** _____

_____ **Qualidade de Associado** _____

1. Podem ser Associados pessoas singulares ou colectivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da Associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços. _____
2. A qualidade de Associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a Associação obrigatoriamente possuirá. _____

153 F 17
18 48

Artigo 8.º

Categorias

Haverá duas categorias de Associados:

- a) Associados Efectivos – são as pessoas singulares ou colectivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela Assembleia Geral;
- b) Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou colectivas, que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em donativos ou através de serviços prestados a favor da Associação.

Artigo 9.º

Direitos e deveres

1. São direitos dos Associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do presente diploma;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de dez dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.

2. São deveres dos Associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de Associados Efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias, o regulamento interno e as deliberações dos órgãos sociais;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos. -

Artigo 10.º

Sanções

1. Os Associados que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:

193 E 17
18 65

[Handwritten signatures and initials]

- a) Repreensão escrita; _____
- b) Suspensão de direitos até trezentos e sessenta e cinco dias; _____
- c) Demissão. _____
2. São demitidos os Associados que por actos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação. _____
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direcção. _____
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção. _____
5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efectivará mediante audiência obrigatória do Associado. _____
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota. _____

Artigo 11.º _____

Condições do exercício dos direitos _____

1. Os Associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes Estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas. _____
2. Só são elegíveis para os Órgãos Sociais, os Associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa. _____

Artigo 12.º _____

Intransmissibilidade _____

A qualidade de Associado não é transmissível quer por acto entre vivos quer por sucessão. _____

Artigo 13.º _____

Perda da qualidade de Associado _____

1. Perdem a qualidade de Associado: _____
- a) Os que pedirem a sua exoneração; _____
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses; _____
- c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma. _____
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o

153 F 17
18 50

39
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

Associado que tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias. _____

3. O Associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi Membro da Associação. _____

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Sociais

Secção I

Disposições gerais

Artigo 14.º

Órgãos Sociais

1. São Órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal. -- _____

2. O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas. _____

Artigo 15.º

Composição dos Órgãos

1. A Direcção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por Trabalhadores da Associação. _____

2. O cargo de Presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por quem seja trabalhador da Associação. _____

Artigo 16.º

Incompatibilidade

1. Nenhum titular da Direcção pode ser simultaneamente titular do Conselho Fiscal e ou da Mesa da Assembleia Geral. _____

2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser simultaneamente Membros da Mesa da Assembleia Geral. _____

Artigo 17.º

Impedimentos

153E 17
18 51

[Handwritten signatures and initials]

1. É nulo o voto de um Membro sobre assunto que directamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no segundo grau da linha colateral. _____

2. Os titulares dos Órgãos da Direcção não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contracto resultar manifesto benefício para a Associação. _____

3. Os titulares dos Órgãos não podem exercer actividade conflituante com a da Associação nem integrar órgãos sociais de entidades conflituantes com os da Associação, ou de participadas desta. _____

Artigo 18.º

Mandatos dos titulares dos Órgãos

1. A duração do mandato dos Órgãos é de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus Membros, perante o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição. _____

2. Caso o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar. _____

3. O Presidente da Associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos. _____

Artigo 19.º

Responsabilidade dos Titulares dos Órgãos

1. As responsabilidades dos Titulares dos Órgãos da Associação são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil. _____

2. Além dos motivos previstos na Lei, os membros dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidade se: _____

a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com _____

193 F 17
18 52

[Handwritten signatures and initials]

declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes; _____
b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artigo 20.º

Funcionamento dos Órgãos em Geral

1. A Direcção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respectivos Presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares. _____
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. _____
3. As votações respeitantes a eleições dos Órgãos Sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus Membros são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos Órgãos Sociais, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês. _____
5. Os Membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato. _____
6. Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos Membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos Membros da respectiva Mesa. _____

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

Artigo 21.º

Constituição

1. A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus Associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a Lei e com os presentes Estatutos. _____
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os Sócios admitidos há pelo menos doze meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos. _____
3. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um Presidente, um primeiro secretário e um segundo Secretário. _____
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos Membros da Mesa da Assembleia

133 F 17
18 33

12
17
18
33

Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os Associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião. _____

Artigo 22.º

Competências

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Órgãos da Associação e, designadamente: _____

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação; _____
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os Membros da respectiva Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal; _____
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência; _____
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico; _____
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação; _____
- f) Autorizar a Associação a demandar os Membros dos órgãos sociais por actos praticados no exercício das suas funções; _____
- g) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações. _____

Artigo 23.º

Convocação e publicitação

- 1. A Assembleia Geral é convocada com quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa ou substituto. _____
- 2. A convocatória é obrigatoriamente: _____
 - a) Afixada na sede; _____
 - b) Remetida, pessoalmente, a cada Associado através de correio electrónico ou por meio de aviso postal. _____
- 3. Independentemente da convocatória, nos termos do número anterior, é obrigatório ser dada publicidade à realização da Assembleia Geral nas edições da

193F 17
18 54

193
210
17
54

Associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da Associação, bem como através de anúncio publicado no jornal de maior circulação da área onde se situe a sede. _____

4. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião. _____

5. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os Associados. _____

Artigo 24.º

Funcionamento

1. A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças. _____

2. A Assembleia Geral Extraordinária que seja convocada a requerimento dos Associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos Requerentes. _____

Artigo 25.º

Deliberações

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções. _____

2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas f) e g) do artigo 22.º dos Estatutos. _____

3. No caso de alteração de estatutos, esta exige o voto favorável de três quartos do número de associados presentes. _____

4. No caso de dissolução, esta requer o voto favorável de três quartos do número de todos os associados e não terá lugar se um número de Associados, igual ou superior ao dobro dos Membros previstos para os respectivos Órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra. _____

Artigo 26.º

Votações

153 F 17
18 55

1. O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada Associado. _____
2. Gozam de capacidade eleitoral activa os Associados com, pelo menos, um ano de vida associativa. _____
3. Os Associados podem ser representados por outros Associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue à data da respectiva reunião. _____
4. Cada Associado não pode representar mais de um Associado. _____

Artigo 27.º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral reunirá: _____
 - a) No final de cada mandato, até final do mês de Dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos; _____
 - b) Até trinta e um de Março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal; _____
 - c) Até trinta de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal. _____
2. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa deste, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento do número de Associados no pleno gozo dos seus direitos. _____

SECÇÃO III

Da Direcção

Artigo 28.º

Constituição

A Direcção da Associação é constituída por cinco Membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal. _____

Artigo 29.º

Competências

Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe

133 F
18

14
56

[Handwritten signatures and initials]

designadamente: _____

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos Beneficiários; _____
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte; _____
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da Lei; _____
- d) Organizar o Quadro do Pessoal, e contratar e gerir o Pessoal da Associação; _____
- e) Representar a Associação em juízo ou fora dele; _____
- f) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos da Associação. _____

Artigo 30.º

Forma de obrigar

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três Membros da Direcção, ou as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro. _____
2. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer Membro da Direcção. _____

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 31.º

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três Membros: Presidente e dois Vogais. _____

Artigo 32.º

Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da Associação, podendo, nesse âmbito, efectuar à Direcção e Mesa da Assembleia Geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos, e designadamente: _____

193F 17
18 53

[Handwritten signature and initials]

- a) Fiscalizar a Direcção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária; _____
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de acção e orçamento para o ano seguinte; _____
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direcção e/ou Mesa da Assembleia Geral submetam à sua apreciação; _____
- d) Verificar o cumprimento da Lei, dos Estatutos e do Regulamento Interno; _____
2. Os Membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direcção, quando para tal forem convocados pelo Presidente deste Órgão. _____

CAPÍTULO IV

Regime Financeiro

Artigo 33.º

Património

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afectos pelos Associados Fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por Entidades Públicas ou Privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma. _____

Artigo 34.º

Receitas

São receitas da Associação: _____

- a) O produto das quotas dos Associados; _____
- b) As participações dos Clientes; _____
- c) Os rendimentos próprios; _____
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos; _____
- e) Os subsídios do Estado ou de Organismos Oficiais; _____
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições; _____
- g) Juros de depósitos bancários; _____
- h) Outras receitas. _____

Artigo 35.º

Quotas, serviços ou donativos

1935 17
18 58

fev 17
18

1. Os Associados pagam uma quota mensal de valor fixado pela Direcção e ratificado em Assembleia Geral. _____

2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direcção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos. _____

CAPÍTULO V

Disposições diversas

Artigo 36.º

Extinção

1. A extinção da Associação tem lugar nos casos previstos na Lei. _____

2. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão Liquidatária. _____

3 Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes. _____

4 Pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham à Associação, respondem solidariamente os membros da comissão liquidatária que os praticaram. _____

Artigo 37.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a Legislação em vigor. _____

L. Floriano Francisco Tosta Balle

L. Floriano António Soares Saiz

L. Dina Gonçalves Silva

Amo 1935, 17
18